

MICHELLE SCHIESTL DA SILVA REIS

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO
RACIAL

CURITIBA

2015

MICHELLE SCHIESTL DA SILVA REIS

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO
RACIAL

Trabalho apresentado como requisito
parcial à
obtenção do grau
Orientadora: Profa. Fabíola Beatriz
Franco Souza

CURITIBA

2015

Aos meus pais, familiares e amigos, que foram grandes incentivadores e que não me deixaram desistir.

RESUMO

A pesquisa: Literatura Afro-Brasileira e a Educação Étnico Racial, teve como objetivo principal investigar se a Literatura Afro-Brasileira está sendo usada nas salas de aula para enriquecer e desmitificar muito do que o senso comum nos transmite sobre esse continente tão plural. Assim como: conhecer a cultura Africana, por meio da Literatura e conscientizar a importância de se implementar na escola a Lei 10.639/03, despertando por meio da leitura o senso crítico dos alunos. Mostrando assim como o tema Literatura, Literatura Afro-Brasileira e a Educação Étnico Racial formam um parceria para a implementação da Lei 10.639/03, mas será que os professores conhecem ou não a Literatura afro-brasileira e como ela pode auxiliá-los no desenvolvimento das atividades com a Educação das Relações Étnico-Raciais assim como na implementação da Lei 10.639/03? Para começar a pesquisa foi delimitado os livros do ano de 2013 – Obras Complementares, livros enviados para a escola por Programas Nacionais que visam difundir a leitura nas escolas Municipais. Em observação constatou-se que as obras presentes em sala de aula são utilizadas como recursos didáticos e em momentos de leitura por prazer dos alunos.

Palavras- chave: Educação, Literatura, Lei.

ABSTRACT

This research had as main objective to investigate if the Afro-Brazilian Literature is being used in classrooms to enrich and demystify a lot of what common sense gives us on this continent as plural. As well as: know the African culture through literature and raise awareness of the importance of implementing School Law 10,639/03, by reading the critical sense of the students. Showing how the subject literature, Afro-Brazilian Literature and Racial Ethnic education form a partnership for the implementation of the law 10,639/03, but do the teachers know or not Afro-Brazilian literature and how it can assist them in the development of activities with the education of racial-ethnic relations as well as in the implementation of the law 10,639/03?

Keywords: education, literature, law.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS.....	10
3 LITERATURA.....	14
3.1 LITERATURA INFANTIL OU INFANTO-JUVENIL.....	14
3.2 LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA.....	17
3.3 LITERATURA NA SALA DE AULA	20
4 ANÁLISE DE DADOS.....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Estou lecionando na Prefeitura Municipal de Curitiba há onze anos e durante a pesquisa tentei recordar a primeira vez que trabalhei a temática Educação Étnico Racial, desde a implementação da Lei 10.639/03, nesse período trabalhei muitas vezes, mas hoje analisando o que fiz posso falar que foi de maneira superficial, não dando devido valor talvez por falta acesso ao material de apoio ou cursos.

Nessa trajetória em relação às ações realizadas e diante das observações, percebi que as escolas começaram a efetivar a execução da Lei 10.639/03, quando foram formadas comissões de professores no espaços educacionais que ajudaram na elaboração de um plano anual e que deve ser apresentado no final de cada ano em um seminário. Assistindo aos seminários realizados pelas comissões e presenciando a realidade da escola em que leciono conclui que muitos profissionais da educação conhecem a Lei 10.639/03, e tem noção da sua importância, porém ainda tem dificuldade em com a temática em sala de aula, alegando que a escola não tem materiais, livros de literatura para se planejar uma sequência didática e assim recorrem ao trabalho superficial.

Diante dessas colocações para melhorar a minha prática busquei o curso de especialização Educação da Relações Étnico-Raciais e para colaborar com os meus colegas professores, busquei na escola os livros enviados no ano de 2013, pelos programas governamentais de incentivo à leitura: Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca da Escola, que teríamos para desenvolver e aprimorar a temática em sala de aula.

Contar histórias é um costume que existe entre os povos do mundo todo. As crianças ouvem e reproduzem histórias com prazer.

Reproduzindo-as, as enriquecem com suas experiências, sua linguagem e a organização lógica de um pensamento. As crianças que ouvem histórias tem modelos para imitação, passando facilmente à invenção de suas próprias histórias. Dessa forma, as histórias dão origem a formas distintas de aprendizagem. Segundo Lima:

A Literatura infanto-juvenil apresenta-se como filão de uma linguagem a ser conhecida, pois nela reconhecemos um lugar favorável ao desenvolvimento do conhecimento social e a construção de conceitos (LIMA, 2005, p.101).

Sendo assim o tema Literatura, Literatura Afro-Brasileira e a Educação Étnico Racial formam um parceria para a implementação da Lei 10.639/03, mas será que os professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, da Regional Boa Vista, conhecem ou não a Literatura afro-brasileira e como ela pode auxiliá-los no desenvolvimento das atividades com a Educação das Relações Étnico-Raciais assim como na implementação da Lei 10.639/03?

A realização dessa pesquisa teve como objetivo principal investigar se a Literatura Afro-Brasileira está sendo usada nas salas de aula para enriquecer e desmitificar muito do que o senso comum nos transmite sobre esse continente tão plural. Assim como: conhecer a cultura Africana, por meio da Literatura e conscientizar a importância de se implementar na escola a Lei 10.639/03, despertando por meio da leitura o senso crítico dos alunos.

Muito tem se escrito sobre Educação das Relações Étnico-Raciais, mas qual seria a melhor definição para o desenvolvimento da temática em sala de aula. Verrangia diz:

A Educação Das Relações Étnico-Raciais refere-se a processos educativos que possibilitem as pessoas superar preconceitos raciais, que as estimulem a viver práticas sociais livres de discriminação e contribuam para que elas compreendam e se engajem em lutas por equidade social

entre os distintos grupos étnico-raciais que formam a nação brasileira (VERRANGIA, 2010, p. 710).

Nesse processo educativo a escola não é a única responsável, já que o educar também ocorrer na família, no convívio social e muitas vezes até nos meios de comunicação, porém o espaço escolar tem um papel fundamental, na construção do respeito a diversidade, podendo ter a Literatura Infanto-Juvenil com uma ferramenta.

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a distribuição feita pelo Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca da Escola, pois, provavelmente a maiorias dos livros que as professoras utilizam em sala possam ser desses programas. E até mesmo o acervo que contém nessa distribuição, se esses abordam a Educação Das Relações Étnico-Raciais.

2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes na cabeça das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade entre os grupos humanos que foram introjetados pela cultura racista na qual foram socializados (MUNANGA, 2005, p. 17).

No ano de 2003, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, assinaram a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as instituições de ensino do país, sendo a mesma aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 10 de março do ano de 2004.

Em 21 de março de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que institui a política da igualdade racial. Sua missão é combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a rica nação brasileira.

A Lei 10.639/03, modifica a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, é considerada uma conquista dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, este que ressalta o quanto é importante a valorização e o reconhecimento da população negra na sociedade brasileira.

É antiga a preocupação dos movimentos negros com a integração dos assuntos africanos e afro-brasileiros ao currículo escolar. Talvez a mais contundente das razões esteja nas consequências psicológicas para a criança afro-brasileira de um processo pedagógico que não reflete a sua face e de sua família, com sua história e cultura própria, impedindo-a de se identificar com o processo educativo. Erroneamente seus antepassados são retratados apenas como escravos que nada contribuíram ao processo histórico e civilizatório, universal do ser humano. Essa distorção resulta em complexos de inferioridade da criança negra, minando o desempenho e o desenvolvimento de sua personalidade

criativa e capacidade de reflexão, contribuindo sensivelmente para os altos índices de evasão e repetência (NASCIMENTO, 1993, p.11).

Anos de luta contínua, entre brancos e negros para se alcançar os avanços construídos até o presente momento, a Lei 10.639/03 que determina a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana se estende em todas as séries da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior ainda não é o necessário para que se tenha uma educação que aborde a Educação Étnico Racial.

Diretrizes são dimensões normativas, que mostram caminhos a serem seguidos pelos profissionais da educação, mas estas não visam ações uniformes, porém oferecem objetivos, referências e critérios para a implementação das ações propostas.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL, 2005, p. 15).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana demonstram a intervenção do Estado na política educacional, fazendo com que escolas: reformulem o projeto político pedagógico, repensem sua prática escolar, que professores procurem formações e informações em busca de uma educação de qualidade para todos.

Tais pedagogias precisam estar atentas para que todos, negros e não negros, além de terem acesso a conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida integrada a sociedade, exercício profissional competente, recebam formação que os capacite para forjar novas relações étnico-raciais. Para tanto, há necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de

direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas a diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL, 2003, p.17).

A nova legislação teve diversas repercussões, enquanto muitos entendiam como um avanço educacional, como por exemplo o escritor Munanga:

Mostrar o racismo como um dos graves problemas da nossa sociedade, e por outro lado em mobilizar todas as forças vivas da sociedade para combatê-lo. Entre essas forças a educação escolar embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um lugar de destaque (MUNANGA, 2005, p.17).

Outros questionavam e argumentavam que a mesma era desnecessária:

Essas medidas se tornam artificiais quando são determinadas de cima para baixo. A LDB deixou os currículos mais flexíveis e deu mais liberdade para as escolas. A liberdade de ensinar, que consta da Lei, é baseada em um artigo da Constituição. No momento em que você começa a determinar muita coisa, acaba transformando o currículo numa camisa de força em que o governo que diz o que se deve ser ensinado (PANISSET, 2003).

Mesmo depois de doze anos da nova legislação ainda encontramos pessoas que questionam a necessidade de tal medida e apresentam resistência aos temas.

A escola é um espaço de intervenção privilegiado e tem papel fundamental, mesmo não sendo a única instituição responsável pela educação, para o combate ao racismo, é um local para a construção do conhecimento, do respeito por meio do diálogo. Como é citado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2005, p. 14 – 15).

As formas de discriminação de qualquer natureza não nascem na escola, mas, todas as formas de discriminação presentes no mundo passam pela escola. Sendo assim, as escolas e os professores são fundamentais para quebrar preconceitos e a Lei 10.639/03 é um instrumento para efetivar esse trabalho e futuramente superar as desigualdades raciais e sociais que fazem parte da nossa sociedade.

Lembre-se um professor ou educador numa classe é como um ator único num cenário único. Apesar de o conteúdo da mensagem ser o mesmo para todas as classes, ele precisa adaptar a sua encenação ao espírito de cada classe, senão será prejudicada a comunicação e a mensagem não será transmitida e entendida por todos (MUNANGA, 2005, p.19).

Nessa adaptação do conteúdo em busca da melhor maneira de transmitir a mensagem aos alunos o professor tem como grande aliada a Literatura, que transmite sabedoria e aguça o imaginário dos educandos.

3 LITERATURA

De acordo dicionário Míni Aurélio (2007, p.519) Literatura: “Arte de compor trabalhos artísticos em prova ou em verso. Conjunto de trabalhos literários dum país ou de uma época.”

A Literatura utiliza a linguagem como um instrumento de comunicação e interação. Não está alheia ao seu papel social, sendo assim, uma manifestação indispensável para a difusão da cultura e para a democratização do conhecimento.

3.1 LITERATURA INFANTIL OU INFANTO-JUVENIL

Contar histórias é um costume que existe entre os povos do mundo todo, sendo de um aspecto fascinante e durante muito tempo, enquanto não exista a linguagem escrita, havia o hábito de contar histórias por meio da comunicação oral, onde as pessoas sentavam-se em frente ao fogo para ouvir histórias. As histórias repassadas de geração em geração pela linguagem oral transmitiam sabedoria dos mais velhos, não sendo utilizadas de maneira leviana.

Há séculos aventuras incríveis de dragões, princesas, fadas, heróis personagens fantásticos exercem influência sobre as crianças transportando a criança para um mundo de sonhos e fantasia onde desenvolvem a imaginação e a criatividade, mas nem sempre foi assim. Ao final do livro: De olho nas penas, Marisa Lajolo escreve sobre a Literatura infantil brasileira e a renovação da escritora Ana Maria Machado, dizendo:

Por muitos anos e livros a Literatura Infantil alimentou-se de fadas e madrastas, reis e dragões. E quando não eram varinhas de condão e castelos encantados, o que recheava os livros para as crianças eram histórias exemplares de crianças. Viviam todos num mundo arrumadinho, onde as travessuras eram sempre castigadas por pais e mestres invariavelmente sábios e justos. Salvo as exceções de praxe, os textos para as crianças oscilavam entre o fantástico e o exemplo, e às vezes entrelaçavam-se ambos (MACHADO, 1981, p.60).

Segundo a autora Maria Antonieta Antunes Cunha a Literatura Infantil teria surgido a partir do momento em que os ideais burgueses atingem seu ápice no século XVIII. Tendo surgido na Europa com os contos populares, dos quais foram escolhidos os contos de fadas para o público infantil, porque estavam ligados a valores comportamentais (1995).

A Literatura Infantil se constitui como gênero literário durante o século VXII, época em que as mudanças na estrutura da sociedade desencadearam repercussões no âmbito artístico. A Arte, incluindo-se a Literatura não poderia ficar imune a essas transformações sociais. A palavra funciona como veículo para a leitura, mobilizando a percepção sensorial, o pensar, o sentir e o agir dos indivíduos, bem como dos seus grupos sociais de pertença (MARIOSIA, 2011, p. 43).

Inicialmente os contos de fadas não eram destinados às crianças, mas sim a adultos de uma classe inferior e explorada pelos senhores feudais. Com a ascensão da burguesia, fazia-se necessário preparar jovens e crianças para o futuro dentro dos padrões burgueses, havendo assim mudanças nos contos de fadas. Os contos passaram a fazer uma parceria com a escola uma vez que seu objetivo era repassar um modelo de comportamento para se ter pessoas bem formadas. Conforme diz Lima:

A Literatura Infanto-juvenil apresenta-se como filão de uma linguagem a ser conhecida, pois nela reconhecemos um lugar favorável ao desenvolvimento do conhecimento social e a construção de conceitos (Lima, 2005, p. 101).

No período pré-romântico, quando são rompidos os preconceitos do classicismo e os autores não são apenas da alta sociedade, as histórias dos contos de fadas deixaram de ser um somente repasse de valores comportamentais.

No Brasil a Literatura Infantil, só começou esboçar-se no final do século XIX, e adquirem maioridade com a introdução do folclore brasileiro de Monteiro Lobato, a partir da década de 1920, que é considerado um clássico, por criar os seus próprios contos inspirados nas crianças, em suas fantasias, suas aventuras, travessuras, objetos de brinquedos e tudo o que povoa a sua imaginação foram motivos de inspiração para o autor.

No entanto, tendo em vista a curta trajetória da Literatura Infantil brasileira, pode-se afirmar que se observam tendências claras nesse tipo de produção: a do realismo, a da fantasia como caminho para o questionamento de problemas sociais, a do reaproveitamento do folclore, a da exploração de fatos históricos. Apesar desses avanços, não podemos negar que Literatura Infantil no Brasil tem a preocupação pedagógica.

No mundo mágico das histórias, a Literatura é um instrumento para aguçar o sentido crítico, aumentar a visão de mundo, além de instruir e distrair.

A literatura, enquanto arte é um dos caminhos que pode ser percorrido pelo homem na busca de prazer nessas relações. Como sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pode revelar os desejos mais profundos do indivíduo, que por sua vez, se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. Portanto, num movimento também de busca incessante, a literatura-arte, pode abrir múltiplos espaços para novas possibilidades do conhecer. E não se pode tirar da literatura infantil esse papel tão importante na formação do pensamento, pela qual cada adulto já passou ou estará repassando em algum momento da sua vida (DIONÍZIO, 2010, p.11).

A leitura possibilita a formação de leitores, mas o aluno só se torna com a interação de diversos gêneros textuais, pois o mundo está em constante movimento. Tanto no ambiente escolar como no familiar a Literatura Infantil, no Brasil, ainda precisa avançar muito, pois, nos países considerados desenvolvidos, esta é uma prática que está inserida no cotidiano das crianças, o incentivo à leitura parte tanto das escolas e dos próprios familiares. O sucesso desse trabalho, está no desenvolvimento sócio-econômico-cultural destes países, que formam cidadãos críticos e participativos em sua sociedade.

3.2 LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA

Como já supracitado a literatura específica para a o público infantil teve início no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Lima comenta:

Entre numa livraria, na biblioteca da escola, numa bienal do livro, ou se aproxime da estante de livros da sua casa. Agora separe os que possuem: personagens negros. Ou então, procure lembrar, nos livrinhos de sua infância, as figuras negras estão presentes nesse repertório (LIMA, 2005, p.102 – 103).

Conforme Jovino (2006) os personagens negros só aparecem no final da década de 20 e início da década de 30 do século XX e mesmo assim:

É preciso lembrar que o contexto histórico em que as primeiras histórias com personagens negros foram publicadas, era de uma sociedade recém saída de um longo período de escravidão. As histórias dessa época buscavam evidenciar a condição subalterna do negro”. (JOVINO, 2006, p.187).

Nessa Literatura, a cultura, os costumes e o conhecimento dessa população não eram descritas fielmente, mas, de maneira pejorativa, mostrando somente a escravidão e a dor dos escravizados. Como cita Sousa:

Além de ilustrações lamentáveis – depreciativas, caricatas, animalizadas – do ponto de vista da narrativa a personagem negra é descrita exercendo funções sociais consideradas inferiores – sendo estigmatizada -; além disso, aparece como minoria e desumanizada (SOUSA, 2001, p. 195).

Depois da abolição os relatos sobre o negro sendo escravo e mercadoria foram substituídos por relatos de negro cidadão, mas ainda sendo retratado pessoa brutalizada, suja e passiva. Durante o movimento Modernista do início do século XX, surgiu a tendência de valorização do negro, que mesmo assim era retratado de forma exótica.

Somente a partir de 1975 é que vamos encontrar uma produção de literatura infantil mais comprometida com uma outra representação da vida social brasileira; por isso, podemos conhecer nesse período obras em que a cultura e os personagens negros figurem com mais frequência. O resultado dessa proposta é um esforço desenvolvido por alguns autores para abordar temas até então considerados tabus e impróprios para crianças e adolescentes como, por exemplo, o preconceito racial. O propósito de uma representação mais de acordo com a realidade, nem sempre é alcançado. Embora muitas obras desse período tenham uma preocupação com a denúncia do preconceito e da discriminação racial, muitas delas terminam por apresentar personagens negros de um modo que repete algumas imagens e representações com as quais pretendiam romper. Essas histórias terminavam por criar uma hierarquia de exposição dos personagens e das culturas negras, fixando-os em um lugar desprestigiado do ponto de vista racial, social e estético. Nessa hierarquia, os melhores postos, as melhores condições, a beleza mais ressaltada são sempre da personagem feminina mestiça e de pele clara (JOVINO, 2006, p. 187).

A partir do ano de 1975 é que a Literatura Infantil vai falar da sociedade, sendo assim, os personagens negros vão aparecer com certa frequência. De acordo com Jovino:

Embora muitas obras desse período tenham uma preocupação com a denúncia do preconceito e da discriminação racial, muitas delas terminam por apresentar personagens negros de um modo que repete algumas imagens e representações com as quais pretendiam romper. Essas histórias terminavam por

criar uma hierarquia de exposição dos personagens e das culturas negras, fixando-os em um lugar desprestigiado do ponto de vista racial, social e estético. Nessa hierarquia, os melhores postos, as melhores condições, a beleza mais ressaltada são sempre da personagem feminina mestiça e de pele clara (JOVINO, 2006, p. 187-188).

Atualmente os livros de Literatura Infantil estão rompendo com as ilustrações e ou as representações pejorativas dos personagens negros e da sua cultura, as novas obras dedicadas ao público infantil estão retratando situações cotidianas, tradições religiosas e resgatando as tradições culturais de várias civilizações da população do continente africano.

Há também os livros que retomam traços e símbolos da cultura afro-brasileira, tais como as religiões de matrizes africanas, a capoeira, a dança e os mecanismos de resistência diante das discriminações, objetivando um estímulo positivo e uma autoestima favorável ao leitor negro e uma possibilidade de representação que permite ao leitor não negro tomar contato com outra face da cultura afro-brasileira que ainda é pouco explorada na escola, nos meios de comunicação, assim como na sociedade em geral. Trata-se de obras que não se prendem ao passado histórico da escravização (Jovino, 2006, p. 216).

Os livros por se apresentarem nessa nova versão positiva estimulam e propiciam novas estratégias de trabalho pedagógico sobre a questão Educação Étnico-Racial.

As imagens das narrativas literárias, quando utilizadas adequadamente, longe de uma visão etnocêntrica, branqueadora, a qual é quebrada nessas obras, oferece ao leitor rerepresentações positivas do negro, do descendente de africanos, contribuindo para uma “modificação da rede de significados da palavra negro, mestiço”, pardo, possibilitando ao branco uma reeducação quanto à visão estereotipada do negro, e a este elevação da autoestima e resgate de sua cultura (SOUSA, 2001, p. 211 – 212).

3.3 LITERATURA NA SALA DE AULA

Embora concordemos que a educação tanto familiar como no espaço escolar possa fortemente contribuir nesse combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de fórmulas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p.18).

Refletindo sobre a frase de Munanga, não tenho a intenção de trazer uma fórmula pronta para se desenvolver em sala de aula, pois todos os professores tem certeza de como sua sala de aula é única e cada um sabe como atingir seus objetivos nela. Sendo assim, a utilizar a Literatura Infantil em sala é uma sugestão e não uma receita.

A Literatura Infantil tem como objetivo proporcionar a conscientização por meio de práticas desenvolvidas no ambiente escola para que os alunos lutem contra as diferentes maneiras de discriminação.

Conforme Zilberman (2006), a origem da Literatura Infantil começou no século XVII com a reorganização do ensino e da fundação do sistema educacional burguês. Antes desse período, não havia uma Literatura voltada para crianças. Eles eram adultos em miniaturas, participavam de todas as atividades juntamente com os adultos”.

Os primeiros livros para crianças foram produzidos ao final do século XVII e durante o século XVIII. Antes disso, não se escrevia para elas, porque não existia a “infância”. Hoje a afirmação pode surpreender; todavia, a concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica, só aconteceu em meio a Idade Moderna. A mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros (ZILBERMAN, 2006, p.15).

Quando a criança começa a ser compreendida como um ser diferente do adulto, tendo necessidades, características próprias,

solicitando uma atenção especial na construção da sua identidade e na organização da sua vida.

Os livros para o público infantil, apesar de suas primeiras intenções serem difíceis de compreender, conquistam adultos e crianças, por meio da afetividade, que é estabelecida com os leitores, instigando o imaginário propiciando uma viagem por lugares fantásticos, onde tudo pode acontecer. Surgiram como entretenimento para adultos, os contos de fadas eram contadas em ambientes onde os adultos se reuniam como: reuniões sociais, nas salas de fiar, nos campos e não nas escolas.

Conforme Zilberman (2006), a Literatura Infantil é, por sua vez, um dos instrumentos que têm servido a multiplicação da norma em vigor. Podendo ser complementado por Lima que diz:

Toda obra literária, porém, transmite mensagens não apenas através do texto escrito. As imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado (LIMA, 2005, p.101).

O professor deve contar as histórias para os alunos e fazer com que eles identifiquem as ideias contidas no texto. Enquanto as crianças se divertem, as narrativas esclarecem e informam, auxiliando na construção de sua identidade e a inserindo no mundo que, está conhecendo.

Ler é algo que deve ser prazeroso e a ampla Literatura afro-brasileira pode ser um para a implementação da Lei 10.639/03 com o trabalho voltado a Educação Das Relações Étnico-Raciais, porque quando escrevemos não escrevemos para nós é sempre para o outro e quem melhor para escrever sobre esse rico continente do que seu próprio povo e seus descendentes que discutem e reescrevem as histórias dos países em que nasceram, desmistificando muito do que se pensa sobre esse povo que influenciou a construção da cultura brasileira.

Candido (1995) nos lembra que a Literatura é um direito de todo ser humano. Para ele os direitos humanos referem-se às coisas que são indispensáveis para nós quanto para o nosso semelhante. Considerando que a Literatura seja fator indispensável, por isso acrescenta:

Entendo aqui por humanização o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós uma quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 1995, p. 249).

Ao promover o contato com a Literatura africana, a escola irá estabelecer o diálogo entre a Literatura brasileira e outras Literaturas, manifestações culturais, desmistificando preconceitos e paradigmas.

Literatura é portanto, um espaço não apenas de representação neutra, mas de enredos e lógicas, onde ao me apresentar eu me crio, e ao me criar eu me repito. E se verticalizarmos, nesse contexto o tema das Relações Raciais no Brasil, o livro infanto-juvenil torna-se importante para uma análise (LIMA, 2005, p.102).

4 ANALISE DE DADOS

No ano de 1960, iniciou-se no Brasil uma preocupação em promover a leitura para o público infanto-juvenil. Na tentativa de divulgar a Literatura entre esse grupo surgiram diversas instituições que buscavam maneiras de difundir a leitura.

Em 1929, surgiu um programa voltado à distribuição de obras didáticas para os estudantes de escolas públicas de todo o território nacional e que teve continuidade até os dias atuais. O programa Nacional do Livro Didático, durante esses anos teve diferentes nomes e formas de execução.

Com o objetivo de disponibilizar as escolas da rede pública em todos os níveis, o fornecimento de livros e materiais de apoio a Educação Básica foi criado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Esses dois programas são responsáveis por muitas das obras que circulam nas escolas e bibliotecas e como o território brasileiro é muito extenso a distribuição é realizada da seguinte maneira: anos pares são distribuídos livros para as escolas de Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos. Nos anos ímpares a distribuição é para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Como em todos os lugares a cidade de Curitiba também encontrou uma maneira de se organizar, tentando assim atender de maneira satisfatória todos os cantos da cidade e criou os Núcleos Regionais de Educação (NRE).

Os Núcleos Regionais de Educação são unidades organizacionais da Secretaria Municipal da Educação responsáveis

pelo controle das atividades descentralizadas do nível central, estes Núcleos reportam-se diretamente à Superintendência Executiva.

Os Núcleos Regionais da Educação da Cidade de Curitiba são: Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão e Santa Felicidade. Como citado anteriormente essa pesquisa analisara dados do Núcleo Regional da Educação – Boa Vista.

O Núcleo Regional da Educação do Boa Vista é composto por:

Quantidade	Composição da Regional
17	Escolas Municipais – Regulares
08	Escolas Municipais – Centro de Educação Integral
05	Unidades de Educação Integral – Contraturnos
25	Centros Municipais de Educação Infantil
12	Centros de Educação Infantil – Conveniados

O Núcleo Regional da Educação Boa Vista conta com 28 bibliotecas divididas em:

Quantidade	Bibliotecas
19	Bibliotecas em Escola Municipais – considerando a biblioteca da Escola Municipal Theodoro de Bona, que está sendo construída (será entregue em dezembro de 2015), atualmente a escola funciona apenas com um acervo na sala dos professores chamado de “Paredoteca”.
01	Biblioteca em Unidade de Educação Integral
06	Faróis do Saber em Escolas Municipais
02	Faróis do Saber de Praça

O acervo de cada Biblioteca Escolar foi constituída por livros do Programas do PNDE e PNLD, doções e aquisições próprias. Na Regional Boa Vista o quantitativo de livros tombados é de 147413, não tendo registro da quantidade das obras doadas, pois as mesmas chegam diariamente.

No ano de 2013 as Escolas Municipais de Curitiba receberam do Programa PNLD 2013, obras didáticas complementares, para subsidiar o trabalho docente e contribuir para a familiarização dos alunos com a cultura e a escrita, este acervo diversificados está nas salas de aula.

Os livros 180 presentes no acervo PNLD 2013 Obras Complementares possuem temas variados, com um leque de opções pedagógicas. Os que contemplam a Lei 10.639/03, e assim sendo relacionados a pesquisa serão descritos nos parágrafos seguintes:

O livro: Minha família é colorida da autora Georgina Martins e ilustradora Maria Eugênia, conta-nos a história de uma menino chamado Ângelo, que questiona sua mãe sobre as diferenças de cor da pele e de cabelo entre ele e seus irmãos. A mãe por sua vez conta a origem de sua família e a do seu marido, revelando a Ângelo que as raízes da família brasileira se compõem de pessoas com fenótipos diferentes. Já no livro: A joaninha que perdeu as pintinhas do autor Ducamo Paes e ilustrador Jefferson Galdino relata a história de uma joaninha que não é reconhecida pela família quando perde as pintinhas. Explorando a situação de abandono diante do não reconhecimento da joaninha pelo grupo familiar, a partir do momento em que ela ficou diferente deles e a jornada empreendida por ela para recuperar sua identidade, acompanhada somente por uma formiga, que foi sua amiga inseparável.

Na obra: Maracatu da autora: Sonia Rosa e ilustrado por Rosinha Campos o leitor é convidado a participar do universo do maracatu, que desfila nas ruas das cidades de Pernambuco. Busca valorizar a cultura afro-brasileira, apresentando os ritmos, as personagens, as danças e s roupas. Em: A rainha da bateria, do autor Martinho da Vila e ilustrador Marcelo d' Salete, relata a história de uma moça apaixonada por música, fica encantada pela escola de samba e

para se tornar a rainha da bateria ela enfrenta muito preconceito. No enredo é mostrado é mostrado uma manifestação da cultura brasileira e de origem africana.

Em: Os feitiços do vizinho a autora Sonia Junqueira e a ilustradora: Mariângela Haddad narram por meio de imagens uma história de encontros e descobertas entre pessoas diferentes, tanto na cor da pele, como no vestuário, no cabelo entre outros. Representa nos personagens as características multiétnicas da população brasileira.

Escrito e ilustrado por Ana Miranda o livro: Carta do tesouro para ser lida às crianças, trata dos direitos da criança na perspectiva do multiculturalismo. Enfatiza que tais direitos se impõem em quaisquer contextos. Já na obra O grande e maravilhoso livro das famílias da autora Mary Hoffman e por ilustrado Ros Asquith retrata as mudanças atuais no conceito de família e da diversidade cultural, religiosa, econômica e social das famílias.

A obra: Bumba-boi tem como autora e ilustradora Fabiana Ferreira Lopes, mostra uma pesquisa sobre o personagem, enfatizando sua origem e mostrando como ele se tornou uma das manifestações da cultura popular recorrente em diferentes regiões do Brasil. O tabuleiro da baiana escrito por Sônia Rosa e ilustrado por Rosinha Campos é outro livro que possibilita o contato com a comida, roupas e ritos que caracterizam a figura baiana, além de possuir uma linguagem poética.

No livro: O silencioso mundo de Flor escrito por Cecília Cavalieri França e ilustrador: André Perssechini, a história é protagonizada por duas crianças que faziam tudo juntas, embora fossem diferentes. Téo era um menino negro e Flor uma menina branca. Mas a diferença étnico-racial não é o principal tema do livro e sim o da diferença decorrente dos distúrbios da audição. Enquanto Téo adora música, Flor vive num mundo silencioso. A convivência dos amigos gera muito aprendizado para ambos. Com uma linguagem fácil, porém científica o livro Por que somos de cores diferentes? escrito por Carmem Gil e ilustrador Luiz Fifella. O livro explica a diversidade étnica e possibilita conhecer as causas das nossas diferenças decorrente dos fatores genéticos.

Em: *Pigmeus: Os defensores da floresta* escrito por Rogério Andrade Barbosa e com imagens de Maurício Negro Silveira, conta a história do cotidiano de um povo antigo, os pigmeus africanos. O personagem principal conta as características de seu habitat, a alimentação e como vive os pigmeus. Já na obra: *Histórias encantadas africanas* escrito e ilustrado por Ingrid Biesemeyer Bellinghausen, o livro responde diversas perguntas como: Como foi criado o mundo? Por que as pessoas tem cor de pele diferente? Como surgiram as histórias?, por meio de lendas dos povos Ashanti.

Bruna e a galinha d'Angola escrito por Gercilga Marques Saraiva de Almeida e com imagens de Valéria Saraiva, conta a história de uma menina que ganha da vó uma galinha d'Angola, criando uma oportunidade para conhecer a terra da sua família, sobre a aldeia onde mora. Já no livro: *Pretinho, meu boneco querido* a autora Maria Cristina Furtado e a ilustradora Ellen Pestili, contam a história Pretinho é um boneco, que por ser negro é excluído pelos outros brinquedos do quarto. Durante traquinagens dos brinquedos movidas pelo ciúme e preconceito o boneco é quase devorado pelo cachorro. Depois do susto os brinquedos se arrependem são perdoados por Pretinho.

Na obra: *O senhor das histórias* escrito por Wellington Srbek e com imagens de Will, o vô Lobato conta belas histórias da África ao seu povo. O livro constrói o conceito da tradição oral dos povos africanos, onde o personagem Anansi embalava o seu povoado com belas histórias, mas o dia seguinte não tinha recordações do que tinha contado. Também falando sobre o continente africano o escritor Fernando da Paixão e o ilustrador Sérgio Melo fizeram a composição do livro: *Canção dos povos africanos*. Em forma de poesia rimada, o livro mostra a tradição de cantar de uma tribo africana. As canções são usadas em todas as fases do desenvolvimento: do nascimento a morte, a música é a mediadora das relações sociais.

O obra: *As panquecas de mama Panya* tem como autores Mary Chamberlin e Rich Chamberlin e ilustração de Julia Cairns, a história acontece no Quênia e mostra o cotidiano de Mama Panya e seu filho Adika. Durante o trajeto ao mercado para comprar os ingredientes do

jantar é mostrado as relações sociais com os vizinhos e a solidariedade dos mesmos com Mama e Adika. Há uma riqueza de imagens e de costumes da população.

O livro: Histórias da nossa gente da autora Sandra Lane e com imagens de Flávio Fargas, mostra a formação do nosso país e alguns personagens que se tornaram conhecidos por seus atos. O livro ainda mostra a cultura indígena e faz o leitor a refletir sobre as dores e a coragem de personagens que contribuíram na formação do nosso país. Já no livro: O Herói de Damião em a descoberta da capoeira escrito por Iza Lotito e ilustrador Paulo Ito o personagem principal Damião, não encontra um herói da sua cor. Na capoeira ele descobre que poderia ser seu próprio herói. A obra conta a história da capoeira e ensina movimentos dessa manifestação cultural.

Os livros supracitados não são utilizados na biblioteca escolar, os mesmos ficam em cantinhos da leitura das salas de aula e são contemplados pelos professores em suas aulas por abordarem temas relacionados a Educação Étnico Racial, enriquecendo e desmitificando muito do que o senso comum nos transmite sobre esse continente tão plural. Assim como: conhecer a cultura Africana, por meio da Literatura e conscientizar a importância de se implementar na escola a Lei 10.639/03, despertando por meio da leitura o senso crítico dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar se a Literatura Afro- Brasileira está sendo utilizada nas salas de aula para enriquecer e desmistificar muito do que o senso comum nos transmite sobre esse continente tão plural e como a Literatura pode auxiliar os professores no desenvolvimento das atividades com a Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como na implementação da Lei 10.639/03?

Para começar a pesquisa foi identificado os livros enviados para a escola por programas nacionais que visam difundir a leitura, já que estes são os utilizados pelos profissionais da educação nas aulas.

Delimitou-se os livros recebidos no ano de 2013 pelo Programa Nacional do Livro Didático – obras complementares, já que as mesmas ficam nas salas de aula e são destinadas a subsidiar o trabalho do professor ao contrário de outros livros que enviados pelos programas de incentivo a leitura que estão na Biblioteca, mas são pouco utilizados como recursos didáticos e sim como leitura por prazer dos alunos.

O que se pretendia nesse primeiro momento era observar se as obras que estão presentes na sala de aula eram utilizadas pelos profissionais da educação, já que a Literatura Infantil é utilizada como elemento de influência na formação da identidade da criança.

Constatou-se que os docentes da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, da Regional Boa Vista, conhecem e utilizam as obras de Literatura Afro-Brasileira, em todos os componentes curriculares, abordando diversos conteúdos e nos momentos de leitura por prazer. Atendendo assim, a implementação da Lei 10.639/03 e apresentando pontos positivos na construção de uma sociedade equânime nas relações culturais e sociais, mas ainda de uma maneira superficial, pois muitos não se consideram capacitados. Uma sugestão seria a capacitação de alguns profissionais que ainda não mudaram a sua

visão do continente africano e continuam repassando a informação que o mesmo se resume a selvas e pessoas negras necessitadas.

Cada turma do Ciclo I tem duas caixas de livros denominados obras complementares, para serem utilizados em sala de aula, o que foi ampliado na metodologia foi a divulgação destes livros para os professores do Ciclo II durante reuniões e permanências, para que estes também possam divulgar os mesmos com os seus alunos.

Quanto ao acervo bibliográfico das Escolas Municipais do Núcleo Regional do Boa Vista, constatou-se que o número de obras dedicados a Educação das Relações Étnico Raciais ainda é pequeno, mas os mesmos são de qualidade, pois auxiliam na construção de uma identidade de respeito a diversidade.

O tema Literatura e Educação da Relações Étnico Raciais, não termina nesse texto, espera-se que as experiências obtidas por essa pesquisa proporcionem novos estudos que abordem essa temática.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, R. E. C. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**, livro 4. João Pessoa: Grafiset, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei 10.639 de Janeiro de 2003**. Brasília: 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília: Ministério da educação, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras/ Secretária da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

CANDIDO, A. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 235-263.

CUNHA, M. A. A. **Literatura Infantil: teoria e prática**. 15° ed. São Paulo: Ática, 1995.

JOVINO, I. da S. **Literatura Infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In: SOUZA, F; LIMA, M. N. (Org.) **Literatura Afro-brasileira**. Salvador: Centro de estudos afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. **Literatura infantil no Brasil: história & histórias**. 6° ed. São Paulo: Ática, 1994.

LIMA, H. P. **Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil**. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2° ed. Brasília-DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

LITERATURA. In: FERREIRA, A. B. H. **Míni Aurélio O Dicionário da Língua Portuguesa**. 6.ed. Curitiba: Positivo, 2007. p.519.

MARIOSIA, G. S. REIS, M. G. A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. *Estação Literária*. Londrina, Vagão, volume 8 parte A, p. 42 – 53, dez. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8AArt06.pdf> . Acesso em: 29 agosto de 2015.

MACHADO, A. M. **De olho nas Penas**. 7° ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1981.

MOURA, G. O direito à diferença. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2° ed. Brasília-DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

MUNANGA, K. (org). **Superando o racismo na escola**. 2° ed. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2005.

NASCIMENTO, E. L. (org). **A África na escola brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1993.

PANISSET, U. **O Brasil precisa de Lei para ensinar a história do negro?** Folha de são Paulo, 28 jan. 2003.

SOUSA, A. L. Personagens Negros na Literatura Infanto-juvenil: rompendo estereótipos. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

THEODORO, H. Buscando caminhos nas tradições. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2º ed. Brasília-DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

VERRANGIA, D. SILVA. P. B. G. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.36, n.3, p. 705- 718, set/dez. 2010.

ZILBERMAN, R. **A Literatura Infantil na escola**. São Paulo: Global, 2006.